

Este texto é uma tradução da Ata oficial assinada no idioma espanhol. Pode aceder a esse documento escaneado e anexado ao final da tradução.

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE LACNIC

No dia 23 de maio de 2017, sendo às **17:04** horas se reúne a Assembleia Extraordinária de Sócios do Registro de Endereçamento de Internet para América Latina e o Caribe (LACNIC).

Não estando presente a maioria absoluta de sócios de LACNIC não existe quórum para a sessão, razão pela qual se adia a Assembleia para a segunda convocatória às 17 e 34 horas (começando efetivamente às **18 e 10 horas**).

Segundo consta no Livro do Registro de Assistência de Sócios a Assembleia (onde se encontra em detalhe os sócios presentes na mesma) se encontram presentes 183 sócios que em conjunto reúnem 353 votos (posteriormente se retiram 9 sócios com um total de 16 votos ao discutir-se as demais ordens do dia), reunindo-se o quórum de assistência requerido pelos estatutos para a sessão em segunda convocatória, pelo o que a Assembleia está em condições de ser realizada.

Se deixa a constância de que assistem também os integrantes da Comissão Fiscal Sres. Hernán Arcidiácono, Aristóteles Dantas Gaudêncio e Adriana Ibarra.

Se deixa a constância de que a presente Assembleia foi convocada pela Diretoria na reunião do dia 21 de março de 2017 e que de acordo ao artigo 15 do estatuto social se comunicou a presente convocatória por circular remitida aos sócios com 30 dias de antecipação no dia 20 de abril de 2017, deixando constância que o projeto de reforma de estatutos e o mecanismo de implementação da reforma proposta pela Diretoria, como o estabelecem os estatutos, foi colocada a consideração dos sócios ao menos 15 dias antes da data de celebração da Assembleia.

Sendo encontrado legalmente constituída a presente Assembleia Extraordinária de Sócios, se passa a tratar a ordem do dia que surge da respectiva convocatória e é o seguinte:

1. Designação de Presidente e Secretário da assembleia;
2. Reforma dos artigos 13, 19, 20, 22, 23, 24 e 26 dos estatutos sociais de LACNIC (cujo texto estará disponível para os sócios no site de LACNIC).
3. Autorização para trâmites.
4. Designação de dois sócios para a assinatura da ata.

1. Designação de Presidente e Secretário da assembleia.

Submetido a consideração se aprova por maioria (294 votos a favor, 1 em contra, 24 abstenções e 31 nã voto) a designação do Sr. Wardner Maia como Presidente da Assembleia e ao Sr. Eduardo Jiménez de Aréchaga como Secretário da Assembleia.

2. Reforma dos estatutos de LACNIC.

Previo à consideração da assembleia da reforma dos estatutos de LACNIC, o Diretor Executivo Oscar Robles apresenta em um relatório a reforma proposta por tema, intercalando a apresentação com a votação de cada tema.

Votação que produz os seguintes resultados:

a) Proposta de modificação das categorias e delegação na Diretoria (artigos 13, 19 e 26 incisos 15 e 17).

Submetido a consideração se aprova por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios (288 votos a favor, 18 em contra, 23 abstenções e 15 não voto).

b) Proposta de Incompatibilidades, Comissão Eleitoral e proposta a Assembleia de implementação da eleição dos novos cargos na Comissão Eleitoral (artigos 20, 22, 23, 24 e 26 inciso 16).

Submetido a consideração se aprova por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios (310 votos a favor, 3 em contra, 28 abstenções e 3 não voto).

c) Conflito de Interesse (artigo 20)

Submetido a consideração se aprova por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios (303 votos a favor, 2 em contra, 14 abstenções e 19 não voto).

Em consequência, a Assembleia aprova por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios, a reforma dos artigos **13, 19, 20, 22, 23, 24 e 26** dos estatutos sociais de LACNIC que passarão a ter a seguinte redação:

ARTIGO 13:

Haverá duas classes de Assembleias Gerais: Ordinárias e Extraordinárias. As Assembleias Ordinárias serão realizadas uma vez por ano, dentro dos primeiros seis meses posteriores ao encerramento do exercício cuja data final será em 31 de dezembro de cada ano e nelas deverse-á:

1. Considerar, aprovar ou modificar a memória, balanço geral, inventário, conta de gastos e recursos e relatório da Comissão Fiscal.
2. Fixar a quota social e determinar as diretrizes para sua atualização se corresponder, as que serão instrumentadas pela Diretoria, incluindo os prazos de pagamento, o regime transitório quando houver modificações na quota social, e os descontos, benefícios, abatimentos, multas por não pagamentos das referidas quotas sociais e financiamento das quotas sociais.
3. Tratar qualquer outro assunto incluído na ordem do dia, contanto que seja da competência da Assembleia Ordinária.
4. Tratar os assuntos propostos por no mínimo 20% dos sócios e apresentados à Diretoria dentro dos 30 dias de encerrado o exercício anual.

Todos os outros assuntos, incluindo as reformas de estatutos, serão tratados nas Assembleias Gerais Extraordinárias.

ARTIGO 19:

As discussões nas Assembleias serão guiadas pelo espírito da constante busca de acordos que sejam atingidos por consenso.

Caso seja necessário proceder a votações, os sócios Fundadores terão direito a um voto; os sócios Ativos "A" terão de 1 a 11 votos dependendo do espaço de endereços que tenham designados de modo que quem administre maior quantidade de números IP tenha a maior quantidade de votos.

Esta classificação será feita em função do seguinte critério:

o NÍVEL 1: Os sócios Ativos A que administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco menor a um /22 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe gerenciado por LACNIC, terão um voto.

o NÍVEL 2: Os sócios Ativos A que administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /22 e menor a um /20 do espaço de endereços concedido a América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão dois votos.

o NÍVEL 3: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /20 e menor a um /18 do espaço de endereços concedidos a América Latina e o Caribe e gerenciado por LACNIC; ii) ou administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco menor ou igual a um /32 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão três votos.

o NÍVEL 4: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /18 e menor a um /16 do espaço de endereços concedidos a América Latina e o Caribe e gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior a um /32 e menor a um /30 do espaço de endereços adjudicado a América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão quatro votos.

o NÍVEL 5: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /16 e menor a um /14 do espaço de endereços concedidos a América Latina e o Caribe, e gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /30 e menor a um /28 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, e gerenciado por LACNIC, terão cinco votos.

o NÍVEL 6: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /14 e menor a um /12 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /28 e menor a um /26 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão seis votos.

o NÍVEL 7: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /12 e menor a um /10 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /26 e menor a um /24 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão sete votos.

o NÍVEL 8: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /10 e menor a um /9 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /24 e menor a um /22 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão oito votos.

o NÍVEL 9: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /9 e menor a um /8 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /22 e menor a um /20 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão nove votos.

o NÍVEL 10: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /8 e menor a um /7 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /20 e menor a um /19 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC, terão dez votos.

o NÍVEL 11: Os sócios Ativos A que: i) administrem endereços IPv4 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /7 do espaço de endereços concedidos à América Latina e o Caribe, gerenciado por LACNIC; ou ii) administrem endereços IPv6 equivalentes a um bloco maior ou igual a um /19 do espaço de endereços adjudicado à América Latina e o Caribe, terão onze votos.

Caso os avanços tecnológicos motivem o uso de novos critérios ou novas terminologias na designação de espaços de endereços IP, a Diretoria será a responsável, mediante a maioria especial estabelecida no artigo 23, de estabelecer as equivalências das novas faixas de endereços com os níveis estabelecidos neste artigo, preservando o espírito de que tenham mais votos os sócios que administram maiores espaços de endereços.

Os votos dos sócios que integrem mais de uma categoria não serão acumuláveis, portanto vão lhe adjudicar a categoria que lhe outorgue maior número de votos.

ARTIGO 20:

LACNIC será dirigido e administrado por uma Diretoria composta por sete membros, eleitos entre cidadãos dos países ou territórios da região de cobertura de LACNIC. Estes membros serão distribuídos pela Diretoria entre os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, tesoureiro, segundo tesoureiro e vocal. O mandato dos diretores durará três anos calendário, com exceção de aqueles casos de vagas permanentes que estão regulamentados no Artigo 21. Os Diretores podem ser reeleitos sempre que observados os critérios de elegibilidade dos mesmos. Serão renovados parcialmente a cada ano em grupos de 2 ou 3 cargos (segundo corresponder). O Diretor Executivo/CEO participará das reuniões da Diretoria com direitos equivalentes a um Diretor, mas sem voto.

1. Não poderá haver mais de dois Diretores que sejam cidadãos de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo na Diretoria tenha mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas a fim de avaliar uma possível incompatibilidade; se depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade;
2. Não poderá haver mais de um Diretor vinculado por motivos de trabalho ou assessoria a uma mesma Companhia ou Organização e/ou a uma Sociedade vinculada a essa, radicadas ou não no mesmo país;

Aos efeitos de determinar a presente incompatibilidade vão ser levados em conta os seguintes critérios: se o vínculo é com lucro ou honorário; a influência que a Companhia ou Organização possa ter na eleição do candidato e respeito aos antecedentes que o fazem elegível, o cargo na Companhia ou Organização e o grau de influência que a Companhia ou Organização puderem ter com a pessoa que vai ocupar o cargo, ou o que essa puder ter sobre o Diretor vinculado a essa Companhia ou Organização, ou vice-versa, por motivos de hierarquia ou controle.

Não vão ser levadas em conta respeito à presente incompatibilidade a membresia a organizações mundiais ou regionais da Internet (tais como a ISOC, ICANN, etc.) e/ou Organizações que não tenham nenhum vínculo com as atividades de LACNIC, como seriam os clubes esportivos, acadêmicos, etc.

As presentes incompatibilidades vão ser analisadas à luz da teoria da realidade, isto é, a primazia da realidade material sobre o formal.

Com base nos princípios aqui estabelecidos, a Diretoria regulamentará com critérios objetivos e em maior detalhe as razões de incompatibilidade e os casos limites ou duvidosos. A regulamentação e suas sucessivas modificações, somente poderão entrar em vigor se forem aprovadas antes de qualquer ato eleitoral.

Caso alguma das incompatibilidades descritas acima ocorra depois que o membro da Diretoria esteja ocupando o cargo, serão adotadas diferentes soluções dependendo se o motivo da incompatibilidade for por uma mudança na cidadania ou por mudança de relação de trabalho.

No caso do Diretor que causou a incompatibilidade com a sua mudança de cidadania, poderá continuar ocupando seu cargo até o encerramento do seu mandato, após o qual, se a incompatibilidade for mantida, não poderá se apresentar para a reeleição de seu mandato.

No caso do Diretor que causou a incompatibilidade com sua relação de trabalho com uma organização e/ou companhia na que já há outro Diretor, deverá submeter a questão à Comissão Eleitoral, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade., e se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, que ficará vacante até as próximas eleições.

Caso a incompatibilidade não possa ser atribuída a nenhum dos Diretores envolvidos, todos os Diretores envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os Diretores renunciantes ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem permanecerá no cargo.

Os membros da Diretoria atuarão como indivíduos e não em representação das organizações membro às que pertencem. Assim mesmo, os Diretores deverão abster-se de participar de discussões e votações nas que houver um potencial conflito de interesses, tanto no pessoal, quanto pela participação que possam ter com organizações ou empresas às que estejam relacionados.

A eleição dos sete diretores mencionados será realizada segundo o estabelecido nos Artigos 24 e 25. Cada ano, depois da renovação de membros, a Diretoria irá designar os cargos que ocuparão a totalidade de seus membros.

Haverá uma Comissão Fiscal composta por três membros. Seu mandato durará três anos, renovando-se parcialmente a cada ano um dos cargos, podendo seus membros serem reeleitos, sempre que forem observados os critérios de elegibilidade da Comissão.

Para integrar a Comissão Fiscal existirão as seguintes incompatibilidades:

1. Não poderá haver mais de um membro que seja cidadão de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo tenha mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas para avaliar uma possível incompatibilidade; se depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade;

2. Não poderá haver mais de um membro vinculado por motivos de trabalho ou assessoria a uma mesma Companhia ou Organização e/ou a uma Sociedade vinculada a essa, radicadas ou não no mesmo país.

Aos efeitos de determinar a presente incompatibilidade vão ser levados em conta os seguintes critérios: se o vínculo é com lucro ou honorário; a influência que a Companhia ou Organização possa ter na eleição do candidato e respeito aos antecedentes que o fazem elegível, o cargo na Companhia ou Organização e o grau de influência que a Companhia ou Organização puderem ter com a pessoa que irá ocupar o cargo, ou o que esta puder ter sobre o Diretor vinculado a essa Companhia ou Organização, ou vice-versa, por motivos de hierarquia ou controle.

Não vão ser levadas em conta respeito à presente incompatibilidade a membresia a organizações mundiais ou regionais da Internet (tais como a ISOC, ICANN, etc.) e/ou Organizações que não tenham vínculo algum com as atividades de LACNIC, como seriam os clubes esportivos, acadêmicos, etc.

As presentes incompatibilidades vão ser analisadas à luz da teoria da realidade, isto é, a primazia da realidade material sobre o formal.

Com base nos princípios aqui estabelecidos, a Diretoria regulamentará com critérios objetivos e em maior detalhe as razões de incompatibilidade e os casos limites ou duvidosos. A regulamentação e suas sucessivas modificações, somente poderão entrar em vigor se forem aprovadas antes de qualquer ato eleitoral.

Caso alguma das incompatibilidades descritas acima ocorra depois que o membro da Comissão Fiscal esteja ocupando o cargo, serão adotadas diferentes soluções dependendo se o motivo da incompatibilidade for por uma mudança na cidadania ou por mudança de relação de trabalho.

No caso do membro da Comissão Fiscal que causou a incompatibilidade com a sua mudança de cidadania, poderá continuar ocupando seu cargo até o encerramento do seu mandato, após o qual, se a incompatibilidade for mantida, não poderá se apresentar para a reeleição de seu mandato.

No caso do membro da Comissão Fiscal que causou a incompatibilidade com sua relação de trabalho com uma organização e/ou companhia na que já há outro membro dessa Comissão deverá submeter a questão à Comissão Eleitoral, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade. Se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, o qual ficará vacante até as próximas eleições. Caso a incompatibilidade não possa ser atribuída a nenhum dos membros da Comissão Fiscal envolvidos, todos os membros envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os membros da Comissão Fiscal renunciando ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem irá permanecer no cargo.

ARTIGO 22:

Se o número de membros da Diretoria, da Comissão Fiscal ou Eleitoral ficar reduzida a menos do que a maioria absoluta do total de cada um dos órgãos, a Diretoria ou os restantes membros da Diretoria deverão chamar a uma Eleição Extraordinária no prazo de 30 dias após o fato produzido, aos efeitos da integração do órgão que corresponder. No caso de vacância total da Diretoria, a Comissão Fiscal realizará esta chamada, tudo sem prejuízo das responsabilidades referentes aos membros diretivos renunciando. Em ambos os casos, o organismo responsável pela chamada terá todos os poderes inerentes à realização das eleições.

Será usado o mesmo procedimento de Eleição Extraordinária no caso que seja apresentada uma vacância permanente na Diretoria, na Comissão Fiscal ou na Comissão Eleitoral com uma antecedência maior a três meses do início do próximo processo eleitoral.

Para o caso da Comissão Fiscal ou Eleitoral ficar: a) reduzida a 2 ou 4 membros, dependendo do caso, e deva tomar uma resolução na qual seus membros não estiverem de acordo e portanto exista empate, devido a não existência de um Presidente do órgão que desempate; ou b) o órgão fique desintegrado ou sem a maioria de membros, deva agir ou pronunciar-se e não houver prazo para convocar uma Eleição Extraordinária; a Comissão Fiscal ou Eleitoral que estiver reduzida ou desintegrada deverá ser integrada pelos membros da outra Comissão, Fiscal ou Eleitoral (segundo o caso). Para essa integração da Comissão reduzida ou desintegrada, terão prioridade aqueles membros da outra Comissão que não tiverem incompatibilidades estabelecidas nos presentes estatutos, e se houver mais de um membro da outra Comissão sem incompatibilidades, a integração será decidida por sorteio presidido pelo Presidente da Diretoria e, no caso de incompatibilidade ou impossibilidade deste último, por quem a Diretoria designar.

ARTIGO 23:

A Diretoria se reunirá pelo menos uma vez a cada três meses, no dia e hora determinados em sua primeira reunião anual. Além disso, a Diretoria poderá reunir-se toda vez que seja citada pelo Presidente ou a pedido da Comissão Fiscal, ou a pedido de dois dos membros da Diretoria, devendo nestes casos realizar a reunião dentro dos 15 dias de realizado o pedido. A citação será feita com 10 dias de antecedência através dos meios e procedimentos que a Diretoria tiver estabelecido. As reuniões serão válidas com a presença da maioria absoluta de seus membros designados. Para as resoluções é requerido o voto da maioria absoluta dos presentes, salvo para as resoluções que o Estatuto, nos itens 10 a 17 do Artigo 26, estabelece a necessidade de atingir maioria especial, na qual é requerido o voto da maioria absoluta mais um dos membros designados pela Diretoria.

ARTIGO 24:

A Comissão Eleitoral estará composta por cinco membros. Esta comissão ficará a cargo da vigilância e certificação dos processos eleitorais dos órgãos estabelecidos no presente estatuto, incluindo impugnações ou restrição a um dos cargos em jogo, das candidaturas ou cargos atuais devido às incompatibilidades (tendo a faculdade de eliminar e/ou restringir a candidatura de um ou mais candidatos impugnados e/ou investigados de ofício) assim como a realização do escrutínio e a determinação de seus resultados e dos candidatos vitoriosos. Pode atuar perante uma denúncia ou de ofício e tem faculdades para chamar a Assembléia Extraordinária em caso de irregularidades graves na eleição.

Seu mandato durará três anos, renovando-se parcialmente a cada ano um ou dois dos cargos, conforme o caso, podendo seus membros ser reeleitos sempre que forem observados os critérios de elegibilidade da comissão.

A Comissão Eleitoral, perante denúncia de parte, também terá a faculdade de investigar e resolver as denúncias sobre supostas incompatibilidades dos membros da Diretoria e da Comissão Fiscal.

Para integrar a Comissão Eleitoral vão existir as seguintes incompatibilidades:

1. Não poderá haver mais de um membro que seja cidadão de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo tenha mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas para avaliar uma possível incompatibilidade; se depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade;

2. Não poderá haver mais de um membro vinculado por motivos de trabalho ou assessoria a uma mesma Companhia ou Organização e/ou a uma Sociedade vinculada a essa, radicadas ou não no mesmo país;

Aos efeitos de determinar a presente incompatibilidade vão ser levados em conta os seguintes critérios: se o vínculo é com lucro ou honorário; a influência que a Companhia ou Organização possa ter na eleição do candidato e respeito aos antecedentes que o fazem elegível, o cargo na Companhia ou Organização e o grau de influência que a Companhia ou Organização puderem ter com a pessoa que vai ocupar o cargo, ou o que essa puder ter sobre o Diretor vinculado a essa Companhia ou Organização, ou vice-versa, por motivos de hierarquia ou controle.

Não vão ser levadas em conta respeito à presente incompatibilidade a membresia a organizações mundiais ou regionais da Internet (tais como a ISOC, ICANN, etc.) e/ou Organizações que não tenham nenhum vínculo com as atividades do LACNIC, como ser os clubes esportivos, acadêmicos, etc.

As presentes incompatibilidades vão ser analisadas à luz da teoria da realidade, isto é, a primazia da realidade material sobre o formal.

Com base nos princípios aqui estabelecidos, a Diretoria regulamentará com critérios objetivos e em maior detalhe as razões de incompatibilidade e os casos limites ou duvidosos. A regulamentação e suas sucessivas modificações, somente poderão entrar em vigor se forem aprovadas antes de qualquer ato eleitoral.

Caso alguma das incompatibilidades descritas acima ocorra depois que o membro da Comissão Eleitoral esteja ocupando o cargo, serão adotadas diferentes soluções dependendo se o motivo da incompatibilidade for por uma mudança na cidadania ou por mudança de relação de trabalho.

No caso do membro da Comissão Eleitoral que causou a incompatibilidade com a sua mudança de cidadania, poderá continuar ocupando seu cargo até o encerramento do seu mandato, após o qual, se a incompatibilidade for mantida, não poderá se apresentar para a reeleição de seu mandato.

No caso do membro da Comissão Eleitoral que causou a incompatibilidade com sua relação de trabalho com uma organização e/ou companhia na que já há outro membro dessa Comissão, deverá submeter a questão à Comissão Fiscal/Diretoria, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade. Se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, o qual ficará vacante até as próximas eleições. Caso a incompatibilidade não possa ser atribuída a nenhum dos membros da Comissão Eleitoral envolvidos, todos os membros envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os membros da Comissão Eleitoral renunciando ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem permanecerá no cargo.

ARTIGO 26:

São atribuições e deveres da Diretoria:

1. Executar as resoluções das Assembleias, cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os regulamentos, interpretando-os em caso de dúvida com a responsabilidade de dar conta à Assembleia mais próxima que for celebrada;
2. Exercer a administração de LACNIC;

3. Convocar Assembleias;
4. Resolver a admissão dos que solicitam ingressar como sócios;
5. Expulsar ou sancionar aos associados;
6. Nomear o pessoal necessário para o cumprimento da finalidade social, fixar salários, determinar as obrigações, sancionar e despedir;

A presente faculdade poderá ser delegada pela Diretoria no pessoal do LACNIC

7. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária a Memória, Balanço Geral, Inventário, Conta de Gastos e Recursos e Relatório da Comissão Fiscal. Todos estes documentos deverão ser conhecidos pelos sócios com a antecedência requerida pelo art. 15 para a chamada da Assembleia Ordinária;
8. Redigir os regulamentos internos necessários para o cumprimento das finalidades, os que deverão ser aprovados pela Assembleia. Excetuam-se aqueles regulamentos que não têm conteúdo estatutário;
9. Ratificar as políticas de administração e designação dos recursos da Internet sob a responsabilidade de LACNIC.
10. Propor a Reforma dos estatutos e sua correspondente chamada para Assembleia Extraordinária para sua discussão e aprovação;
11. Contratação do Diretor Executivo,
12. Aprovação do orçamento anual,
13. Aprovação do Balanço Geral para ser apresentado na Assembleia Ordinária.
14. Aprovação de compra e venda de imóveis.
15. Instrumentar os prazos de pagamento e o regime transitório no caso de modificações da quota social, assim como os descontos, benefícios, quitas multas por falta de pagamento das referidas quotas sociais e financiamento de quotas sociais.
16. Regulamentar os critérios objetivos e em detalhe as razões de incompatibilidade dos membros eleitos de LACNIC, bem como os casos limites ou duvidosos.
17. Exercer a potestad estabelecida no inciso final do artículo 19 de estabelecer as equivalências das novas franjas de endereços, em caso que os avances tecnológicos, motivem o uso de novos critérios ou novas terminologías na alocação de espaços de endereços IP.

Implementação da Reforma, com respeito aos novos cargos na Comissão Eleitoral:

As vagas para cargos eletivos na Comissão Eleitoral criados pela presente reforma serão completadas na eleição do ano 2018, sendo eleitos pelo prazo de 3 anos os dois candidatos mais votados, sempre que não apresentem incompatibilidades para ocupar o cargo; e o terceiro mais votado pelo prazo de 2 anos, sempre e quando não apresente incompatibilidades para ocupar o cargo.

3. Autorização para formalidades

Por maioria (309 votos a favor, 0 em contra, 12 abstenções e 16 não voto) a Assembleia resolve: Designar a Oscar Robles Garay, Ernesto Majo, e/ou Eduardo Jiménez de Aréchaga para que indistintamente realizem todas as gestões ou formalidades correspondentes para obter a aprovação, comunicação, registro e publicação da presente reforma de estatutos, frente ao Ministério de Relações Exteriores e demais escritórios públicos da República Oriental do Uruguai,

habilitados a aceitar ou discutir as observações que eventualmente formulem as autoridades competentes, incluindo o Ministério de Relações Exteriores, podendo propôr textos alternativos e apelar às resoluções dessas autoridades.

4. Designação de dois sócios para assinar a ata.

Por maioria (284 votos a favor, 8 em contra, 19 abstenções e 26 não voto) se resolve designar a Ariel Graizer e Edmundo Cazarez aos efeitos da assinatura da ata.

Não sendo mais se levanta a sessão sendo às 18:41 horas

ACTA DE ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DE LACNIC

El día 23 de mayo de 2017, siendo las **17:04** horas se reúne la Asamblea Extraordinaria de Socios del Registro de Direcciones de Internet para América Latina y Caribe (LACNIC).

No estando presentes la mayoría absoluta de socios de LACNIC no existe quórum para sesionar por lo se pospone la Asamblea para la segunda convocatoria a las 17 y 34 horas (comenzando efectivamente a las **18 y 10** horas).

Según consta en el Libro de Registro de Asistencia de Socios a Asambleas (en donde se encuentra un detalle de los socios presentes en la misma) se encuentran presentes 183 socios que en su conjunto reúnen 353 votos (posteriormente se retiran 9 socios con un total de 16 votos al discutirse los demás ordenes del día), reuniéndose el quórum de asistencia requerido por los estatutos para sesionar en segunda convocatoria, por lo que la Asamblea está en condiciones de sesionar.

Se deja constancia que asisten también los integrantes de la Comisión Fiscal Sres. Hernan Arcidiacono, Aristóteles Dantas Gaudêncio y Adriana Ibarra.

Se deja constancia que la presente asamblea fue convocada por el Directorio en reunión del 21 de marzo de 2017, y que de acuerdo al artículo 15 del estatuto social se comunicó la presente convocatoria por circular remitida a los socios con 30 días de anticipación el 20 de abril de 2017, dejándose constancia que el proyecto de reforma de estatutos y el mecanismo de implementación de la reforma propuesto por el Directorio, como lo establecen los estatutos, fue puesta en consideración de los socios al menos 15 días antes de la fecha de celebración de la Asamblea.

Hallándose legalmente constituida la presente Asamblea Extraordinaria de Socios, se pasa a tratar el orden del día que surge de la respectiva convocatoria y es el siguiente:

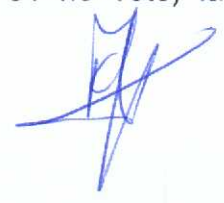
- 1) Designación de Presidente y Secretario de la asamblea;
- 2) Reforma de los artículos 13, 19, 20, 22, 23, 24 y 26 de los estatutos sociales de LACNIC.
- 3) Autorización para trámites.
- 4) Designación de dos socios para la firma del acta.

1. Designación de Presidente y Secretario de la Asamblea.

Puesta a consideración se aprueba por mayoría (294 votos a favor, 1 en contra, 24 abstenciones y 31 no voto) la designación del Sr. Wardner Maia como

2/5/7

do

Presidente de la Asamblea y al Sr. Eduardo Jiménez de Aréchaga como Secretario de la Asamblea.

2. Reforma de los estatutos de LACNIC.

En forma previa a la puesta a consideración de la asamblea la reforma de los estatutos de LACNIC, el Director Ejecutivo Oscar Robles presenta en un informe la reforma propuesta por tema, intercalando la presentación con la votación de cada tema.

Votación que arroja los siguientes resultados:

a) Propuesta de modificación a las categorías y delegación en el Directorio (artículos 13, 19 y 26 incisos 15 y 17)

Puesto a consideración se aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios **(288 votos a favor, 18 en contra, 23 abstenciones y 15 no voto)**

b) Propuesta de Incompatibilidades, Comisión Electoral y propuesta a la Asamblea de implementación de la elección de los nuevos cargos en la Comisión Electoral (artículos 20, 22, 23, 24 y 26 inciso 16).

Puesto a consideración se aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios **(310 votos a favor, 3 en contra, 28 abstenciones y 3 no voto)**

c) Conflicto de Interés (artículo 20)

Puesto a consideración se aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios **(303 votos a favor, 2 en contra, 14 abstenciones y 19 no voto)**

En consecuencia, la Asamblea aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios, la reforma de los artículos **13, 19, 20, 22, 23, 24 y 26** de los estatutos sociales de LACNIC que pasarán a tener la siguiente redacción:

ARTICULO 13:

Habrán dos clases de Asambleas Generales: Ordinarias y Extraordinarias. Las Asambleas Ordinarias tendrán lugar una vez por año, dentro de los primeros seis meses posteriores al cierre de ejercicio cuya fecha de clausura será el 31 de Diciembre de cada año y en ellas se deberá:

1. Considerar, aprobar o modificar la memoria, balance general, inventario, cuenta de gastos y recursos e informe de la Comisión Fiscal,
2. Fijar la cuota social y determinar pautas para su actualización si correspondiere, las que serán instrumentadas por el Directorio, incluyendo los plazos de pago, el régimen transitorio en caso de modificaciones a la cuota social, y los descuentos, beneficios, quitas, multas por falta de pago de las referidas cuotas sociales y financiamiento de cuotas sociales.
3. Tratar cualquier otro asunto incluido en el orden del día, siempre y cuando sea de competencia de la Asamblea Ordinaria.

5/27
[Firma]

[Firma]

4. Tratar los asuntos propuestos por un mínimo del 20% de los socios y presentados al Directorio dentro de los 30 días de cerrado el ejercicio anual.

Todos los demás asuntos, incluyendo las reformas de estatutos, serán tratados en Asambleas Generales Extraordinarias.

ARTICULO 19:

Las discusiones en las Asambleas estarán guiadas por el espíritu de la búsqueda constante de acuerdos que sean tomados por consenso.

En caso de ser necesario proceder a votaciones, los socios Fundadores tendrán derecho a un voto; los socios Activos "A" tendrán de 1 a 11 votos dependiendo del espacio de direcciones que tengan asignados de manera que quien administre mayor cantidad de números IP tenga la mayor cantidad de votos.

Esta clasificación se hará en función del siguiente criterio:

- NIVEL 1: Los socios Activos A que administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque menor a un /22 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán un voto.
- NIVEL 2: Los socios Activos A que administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /22 y menor a un /20 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán dos votos.
- NIVEL 3: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /20 y menor a un /18 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe y gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque menor o igual a un /32 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán tres votos.
- NIVEL 4: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /18 y menor a un /16 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe y gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor a un /32 y menor a un /30 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán cuatro votos.
- NIVEL 5: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /16 y menor a un /14 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe y gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /30 y menor a un /28 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán cinco votos.

2/27
b

- NIVEL 6: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /14 y menor a un /12 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /28 y menor a un /26 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán seis votos.
- NIVEL 7: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /12 y menor a un /10 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /26 y menor a un /24 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán siete votos.
- NIVEL 8: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /10 y menor a un /9 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /24 y menor a un /22 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán ocho votos.
- NIVEL 9: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /9 y menor a un /8 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /22 y menor a un /20 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán nueve votos.
- NIVEL 10: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /8 y menor a un /7 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /20 y menor a un /19 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, tendrán diez votos.
- NIVEL 11: Los socios Activos A que: i) administren direcciones IPv4 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /7 del espacio de direcciones adjudicados a América Latina y el Caribe, gestionado por LACNIC, o ii) administren direcciones IPv6 equivalentes a un bloque mayor o igual a un /19 del espacio de direcciones adjudicado a América Latina y el Caribe, tendrán once votos.

En el caso en que los avances tecnológicos, motiven el uso de nuevos criterios o nuevas terminologías en la asignación de espacios de direcciones IP, el directorio será el responsable, mediante la mayoría especial establecida en el artículo 23, de establecer las equivalencias de los nuevos rangos de direcciones con los niveles establecidos en este artículo, preservando el espíritu de que tengan más votos los socios que administran mayores espacios de direcciones.





Los votos de los Socios que integren más de una categoría no serán acumulables, por lo cual se les adjudicará la categoría que le otorgue mayor número de votos.

Artículo 20

LACNIC será dirigido y administrado por un Directorio compuesto por siete miembros, elegidos entre ciudadanos de los países o territorios de la región de cobertura de LACNIC. Estos miembros serán distribuidos por el Directorio entre los siguientes cargos: presidente, vicepresidente, secretario, secretario segundo, tesorero, tesorero segundo y vocal. El mandato de los directores durará tres años calendario, salvo aquellos casos de vacancia permanente que se encuentran regulados en el Artículo 21. Los Directores, pueden ser reelegidos siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de los mismos. Se renovarán parcialmente cada año en grupos de 2 o 3 cargos (según corresponda). El Director Ejecutivo/CEO participará de las reuniones del Directorio con derechos equivalentes a un Director, pero sin voto.

1. No podrá haber más de dos Directores que sean ciudadanos de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo en el Directorio posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; si posterior al momento de la elección algún miembro adquiriera una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;

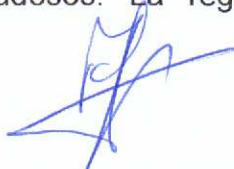
2. No podrá haber más de un Director que se encuentre vinculado por razones de empleo o asesoría a una misma Compañía u Organización y/o a una Sociedad Vinculada a ésta, radicadas o no en un mismo país.

A los efectos de determinar la presente incompatibilidad se tomarán en cuenta los siguientes criterios, si el vínculo es rentado u honorario, la influencia que la Compañía u Organización puede tener en la elección del candidato y respecto a los antecedentes que lo hacen elegible, el cargo en la Compañía u Organización, y el grado de influencia que la Compañía u Organización puede tener con la persona que ocupará el cargo, o que éste pueda tener sobre el Director vinculado a esa Compañía u Organización, o viceversa, por razones de jerarquía o control.

No serán tomadas en cuenta respecto a la presente incompatibilidad la membresía a organizaciones mundiales o regionales de Internet (tales como la ISOC, ICANN, etc.) y/o Organizaciones que no tienen ningún vínculo con las actividades de LACNIC, como serían los clubes deportivos, académicos etc.

Las presentes incompatibilidades serán analizadas a la luz de la teoría de la realidad, esto es la primacía de la realidad material sobre lo formal.

En base a los principios aquí establecidos el Directorio, reglamentará con criterios objetivos y en mayor detalle las causales de incompatibilidad y aquellos casos límites o dudosos. La reglamentación y sus sucesivas



modificaciones a la misma, solo podrán regir si las mismas son aprobadas con anterioridad a cualquier acto eleccionario.

En el caso de que alguna de las incompatibilidades descriptas en los párrafos anteriores, se produzcan luego de que el miembro del Directorio se encuentra ocupando su cargo, se adoptarán diferentes soluciones de acuerdo a si la causal de incompatibilidad es por un cambio en la ciudadanía o por el cambio de vinculo laboral.

En el caso del Director que ocasionó la incompatibilidad con su cambio de ciudadanía, el mismo podrá seguir ocupando su cargo hasta que culmine su mandato, luego de lo cual, en caso de que se mantenga la incompatibilidad, no podrá presentarse a la reelección de su mandato.

En el caso del Director que ocasionó la incompatibilidad con su vinculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro Director, deberá referirse la cuestión a la Comisión Electoral, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los Directores involucrados, todos los Directores involucrados deberán renunciar o ser cesados en su cargo, debiendo solo los Directores renunciantes o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.

Los miembros del Directorio actuarán como individuos y no en representación de las organizaciones miembros a las que pertenecen. Asimismo, los Directores deberán abstenerse de participar de discusiones y votaciones en las que exista un potencial conflicto de interés, tanto en lo personal, como también por la participación que puedan tener con entidades o empresas a las que estén vinculados.

La elección de los siete directores mencionados se efectuará según lo establecido en los Artículos 24 y 25. Cada año, tras la renovación de miembros, el Directorio designará de su seno los cargos que ocuparán la totalidad de sus miembros.

Habrà una Comisión Fiscal compuesta por tres miembros. Su mandato durará tres años, renovándose parcialmente cada año uno de los cargos, pudiendo sus miembros ser reelegidos, siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de la Comisión.

Existirán las siguientes incompatibilidades para integrar la Comisión Fiscal:

1. No podrá haber más de un miembro que sea ciudadano de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; , si posterior al momento de la elección algún miembro adquiriera una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;

2. No podrá haber más de un miembro que se encuentre vinculado por razones de empleo o asesoría a una misma Compañía u Organización y/o a una Sociedad Vinculada a ésta, radicadas o no en un mismo país.

A los efectos de determinar la presente incompatibilidad se tomarán en cuenta los siguientes criterios, si el vínculo es rentado u honorario, la influencia que la Compañía u Organización puede tener en la elección del candidato y respecto a los antecedentes que lo hacen elegible, el cargo en la Compañía u Organización, y el grado de influencia que la Compañía u Organización puede tener con la persona que ocupará el cargo, o que éste pueda tener sobre el Director vinculado a esa Compañía u Organización, o viceversa, por razones de jerarquía o control.

No serán tomadas en cuenta respecto a la presente incompatibilidad la membresía a organizaciones mundiales o regionales de Internet (tales como la ISOC, ICANN, etc.) y/o Organizaciones que no tienen ningún vínculo con las actividades de LACNIC, como serían los clubes deportivos, académicos etc.

Las presentes incompatibilidades serán analizadas a la luz de la teoría de la realidad, esto es la primacía de la realidad material sobre lo formal.

En base a los principios aquí establecidos el Directorio, reglamentará con criterios objetivos y en mayor detalle las causales de incompatibilidad y aquellos casos límites o dudosos. La reglamentación y sus sucesivas modificaciones a la misma, solo podrán regir si las mismas son aprobadas con anterioridad a cualquier acto eleccionario.

En el caso de que alguna de las incompatibilidades descriptas en los párrafos anteriores, se produzcan luego de que el miembro de la Comisión Fiscal se encuentra ocupando su cargo, se adoptarán diferentes soluciones de acuerdo a si la causal de incompatibilidad es por un cambio en la ciudadanía o por el cambio de vínculo laboral.

En el caso del miembro de la Comisión Fiscal que ocasionó la incompatibilidad con su cambio de ciudadanía, el mismo podrá seguir ocupando su cargo hasta que culmine su mandato, luego de lo cual, en caso de que se mantenga la incompatibilidad, no podrá presentarse a la reelección de su mandato.

En el caso del miembro de la Comisión Fiscal que ocasionó la incompatibilidad con su vínculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro miembro de dicha Comisión, deberá referirse la cuestión a la Comisión Electoral, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los miembros de la Comisión Fiscal involucrados, todos los miembros involucrados deberán renunciar o ser cesados, en su cargo, debiendo solo los miembros de la Comisión Fiscal renunciando o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.



ARTICULO 22:

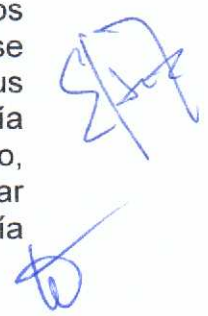
Si el número de miembros del Directorio, Comisión Fiscal o Electoral quedara reducido a menos de la mayoría absoluta del total de cada uno de los órganos, el Directorio o los restantes miembros del Directorio deberán convocar a una Elección Extraordinaria dentro de los 30 días siguientes a producido el hecho, a los efectos de integración del órgano que corresponda. En caso de vacancia total del Directorio, la Comisión Fiscal cumplirá dicha convocatoria, todo ello sin perjuicio de las responsabilidades que incumban a los miembros directivos renunciantes. En ambos casos, el órgano que efectúa la convocatoria tendrá todas las facultades inherentes a la celebración de los comicios.

Se utilizará este mismo procedimiento de Elección Extraordinaria en caso de que se presente una vacancia permanente en el Directorio, en la Comisión Fiscal o en la Comisión Electoral con una antelación mayor a tres meses del comienzo del próximo proceso electoral.

Para el caso de la Comisión Fiscal o Electoral quede: a) reducida a 2 o 4 miembros según el caso, y deba tomar una resolución en la cual sus miembros no estén de acuerdo y por tanto exista empate, debido a la inexistencia de un Presidente del órgano que desempate; o b) el órgano quede desintegrado o sin mayoría de miembros, deba actuar o pronunciarse y no exista plazo para convocar a una Elección Extraordinaria; la Comisión Fiscal o Electoral que se encuentre reducida o desintegrada se deberá integrar con los miembros de la otra Comisión, Fiscal o Electoral (según el caso). Para esta integración de la Comisión reducida o desintegrada, tendrán prioridad aquellos miembros de la otra Comisión, que no tengan las incompatibilidades establecidas en los presentes estatutos, y en caso de que existan más de un miembro de la otra Comisión sin incompatibilidades, la integración será decidida mediante sorteo presidido por el Presidente del Directorio, y en caso de incompatibilidad o imposibilidad de este último, por quien el Directorio designe.

ARTICULO 23:

El Directorio se reunirá por lo menos una vez cada tres meses, en el día y hora que se determine en su primera reunión anual. Además el Directorio podrá reunirse toda vez que sea citado por el Presidente, o a pedido de la Comisión Fiscal, o a pedido de dos de los miembros del Directorio, debiendo en estos casos celebrarse la reunión dentro de los 15 días de realizado el pedido. La citación se hará con 10 días de anticipación a través de los medios y procedimientos que el Directorio tenga establecido. Las reuniones se celebrarán válidamente con la presencia de la mayoría absoluta de sus miembros designados. Para las resoluciones se requiere el voto de la mayoría absoluta de los presentes, salvo para aquellas resoluciones que el Estatuto, en los numerales 10 a 17 del Artículo 26, establece la necesidad de alcanzar mayoría especial caso en el cual se requiere al menos el voto de la mayoría absoluta más uno de los miembros designados del Directorio.



ARTICULO 24:

La Comisión Electoral estará integrada por cinco miembros Esta comisión tendrá a su cargo la vigilancia y certificación de los procesos electorarios de los órganos establecidos en el presente estatuto, incluyendo las impugnaciones o restricción a uno de los cargos en juego, de las candidaturas o cargos actuales debido a incompatibilidades (teniendo la facultad de eliminar y/o restringir la candidatura de uno o más candidatos impugnados y/o investigados de oficio), así como la realización del escrutinio y determinación de sus resultados y de los candidatos triunfantes. Puede actuar ante una denuncia o de oficio y tiene facultades para llamar a Asamblea Extraordinaria en caso de irregularidades graves en la elección. Su mandato durará tres años, renovándose parcialmente cada año uno o dos de los cargos, según el caso, pudiendo sus miembros ser reelegidos siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de la comisión.

La Comisión Electoral, ante denuncia de parte, también tendrá la facultad de investigar y resolver las denuncias sobre presuntas incompatibilidades de los miembros del Directorio y la Comisión Fiscal.

Existirán las siguientes incompatibilidades para integrar la Comisión Electoral:

1. No podrá haber más de un miembro que sea ciudadano de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; , si posterior al momento de la elección algún miembro adquiere una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;
2. No podrá haber más de un miembro que se encuentre vinculado por razones de empleo o asesoría a una misma Compañía u Organización y/o a una Sociedad Vinculada a ésta, radicadas o no en un mismo país.

A los efectos de determinar la presente incompatibilidad se tomarán en cuenta los siguientes criterios, si el vinculo es rentado u honorario, la influencia que la Compañía u Organización puede tener en la elección del candidato y respecto a los antecedentes que lo hacen elegible, el cargo en la Compañía u Organización, y el grado de influencia que la Compañía u Organización puede tener con la persona que ocupará el cargo, o que éste pueda tener sobre el Director vinculado a esa Compañía u Organización, o viceversa, por razones de jerarquía o control.

No serán tomadas en cuenta respecto a la presente incompatibilidad la membresía a organizaciones mundiales o regionales de Internet (tales como la ISOC, ICANN, etc.) y/o Organizaciones que no tienen ningún vinculo con las actividades de LACNIC, como serían los clubes deportivos, académicos etc.

Las presentes incompatibilidades serán analizadas a la luz de la teoría de la realidad, esto es la primacía de la realidad material sobre lo formal.



En base a los principios aquí establecidos el Directorio, reglamentará con criterios objetivos y en mayor detalle las causales de incompatibilidad y aquellos casos límites o dudosos. La reglamentación y sus sucesivas modificaciones a la misma, solo podrán regir si las mismas son aprobadas con anterioridad a cualquier acto eleccionario.

En el caso de que alguna de las incompatibilidades descriptas en los párrafos anteriores, se produzcan luego de que el miembro de la Comisión Electoral se encuentra ocupando su cargo, se adoptarán diferentes soluciones de acuerdo a si la causal de incompatibilidad es por un cambio en la ciudadanía o por el cambio de vínculo laboral.

En el caso del miembro de la Comisión Electoral que ocasionó la incompatibilidad con su cambio de ciudadanía, el mismo podrá seguir ocupando su cargo hasta que culmine su mandato, luego de lo cual, en caso de que se mantenga la incompatibilidad, no podrá presentarse a la reelección de su mandato.

En el caso del miembro de la Comisión Electoral que ocasionó la incompatibilidad con su vínculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro miembro de dicha Comisión, deberá referirse la cuestión a la Comisión Fiscal/Directorio, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los miembros de la Comisión Electoral involucrados, todos los miembros involucrados deberán renunciar o ser cesados, en su cargo, debiendo solo los miembros de la Comisión Electoral renunciando o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.

ARTICULO 26:

Son atribuciones y deberes del Directorio:

1. Ejecutar las resoluciones de las Asambleas, cumplir y hacer cumplir este Estatuto y los reglamentos, interpretándolos en caso de duda con cargo de dar cuenta a la Asamblea más próxima que se celebre,
2. Ejercer la administración de LACNIC,
3. Convocar a Asambleas,
4. Resolver la admisión de los que solicitan ingresar como socios. La presente facultad podrá ser delegada por el Directorio en el personal de LACNIC,
5. Expulsar o sancionar a los asociados,
6. Nombrar el personal necesario para el cumplimiento de la finalidad social, fijarle sueldo, determinarle las obligaciones, sancionarlo y despedirlo. La presente facultad podrá ser delegada por el Directorio en el personal de LACNIC,
7. Presentar a la Asamblea General Ordinaria la Memoria, Balance General, Inventario, Cuenta de Gastos y Recursos e Informe de la Comisión

Fiscal. Todos estos documentos deberán ser puestos en conocimiento de los socios con la anticipación requerida por el art. 15 para convocatoria a la Asamblea Ordinaria,

8. Dictar las reglamentaciones internas necesarias para el cumplimiento de las finalidades, las que deberán ser aprobadas por la Asamblea. Exceptúanse aquellas reglamentaciones que no tengan contenido estatutario,

9. Ratificar las políticas de administración y asignación de los recursos de Internet bajo la responsabilidad de LACNIC.

10. Proponer Reforma de los estatutos, y su correspondiente convocatoria a Asamblea Extraordinaria para su discusión y aprobación,

11. Contratación del Director Ejecutivo,

12. Aprobación del presupuesto anual,

13. Aprobación del Balance General a presentar a la Asamblea Ordinaria.

14. Aprobación de compra y venta de Inmuebles.

15. Instrumentar los plazos de pago y el régimen transitorio en caso de modificaciones a la cuota social, así como los descuentos, beneficios, quitas, multas por falta de pago de las referidas cuotas sociales y financiamiento de cuotas sociales.

16. Reglamentar los criterios objetivos y detallados de las causales de incompatibilidad de los miembros electivos de LACNIC, así como aquellos casos límites o dudosos.

17. Ejercer la potestad establecida en el inciso final del artículo 19, de establecer las equivalencias de los nuevos rangos de direcciones, en el caso en que los avances tecnológicos, motiven el uso de nuevos criterios o nuevas terminologías en la asignación de espacios de direcciones IP.

Implementación de la Reforma, respecto a los nuevos cargos en la Comisión Electoral:

Las vacantes a cargos electivos en la Comisión Electoral creados por la presente reforma serán llenados en la elección del año 2018, siendo elegidos por el plazo de 3 años los dos candidatos más votados, siempre que no presenten incompatibilidades para ocupar el cargo; y el tercero más votado por el plazo de 2 años, siempre y cuando no presente incompatibilidades para ocupar el cargo.

3. Autorización para trámites

Por mayoría (309 votos a favor, 0 en contra, 12 abstenciones y 16 no voto) la Asamblea resuelve: Designar a Oscar Robles Garay, Ernesto Majo, y/o Eduardo Jiménez de Aréchaga para que indistintamente realicen todas las gestiones o trámites correspondientes para obtener la aprobación, comunicación, registro y publicación de la presente reforma de estatutos, ante el Ministerio de Relaciones Exteriores y demás oficinas públicas de la República Oriental del Uruguay, quedando facultados para aceptar o discutir las observaciones que eventualmente formulen las autoridades competentes, incluido el Ministerio de Relaciones Exteriores, pudiendo proponer textos sustitutivos y recurrir las resoluciones de aquellas.

4. Designación de dos socios para firmar el acta.

Por mayoría (284 votos a favor, 8 en contra, 19 abstenciones y 26 no voto) se resuelve designar a Ariel Graizer y Edmundo Cazarez a los efectos de la firma del acta.

No siendo más se levanta la sesión siendo las 18:41 horas

El Sr. Presidente
- / - / -
Ariel Graizer
Edmundo Cazarez